

JOSÉ FELICIANO FERNANDES PINHEIRO

Filho de JOSÉ FERNANDES MARTINS e D.^{ca} TERESA DE JESUS PINHEIRO, nasceu em Santos a 9 de maio de 1774, e venceria a carência, na localidade, de estabelecimentos de ensino, para se engolfar nos estudos em tôdas as oportunidades.

Mercê dos esforços paternos, por lhe proporcionar, ainda no lar, os meios possíveis de aprender, logrou iniciar-se ali em latim e língua francesa.

Esgotados os recursos educativos em sua terra natal, mais altas aspirações encaminharam-no a Coimbra, centro universitário, que lhe poderia satisfazer a curiosidade intelectual.

Lá se matriculou no Curso Jurídico, depois de completar os preparatórios exigidos, por outubro de 1793. Diplomado a 25 de junho de 1798, desistiu da carreira eclesiástica pretendida de princípio, ao frequentar a Faculdade de Direito Canônico, para seguir a magistratura.

Enquanto aguardava a ambicionada nomeação, traduziu várias obras para a editora do "Arco do Cego", dirigida pelo naturalista frei JOSÉ MARIANO DA CONCEIÇÃO VELOSO. Mas, afinal, despachado para "criar uma allandega nas colônias do Rio Grande do Sul e Ilha de Santa Catarina", e servir de "auditor de todos os regimentos", lá existentes, deixou Lisboa a 10 de novembro de 1801.

Depois da conveniente demora em Guanabara, onde acertou com o vice-rei, D. FERNANDO JOSÉ DE PORTUGAL, as medidas orientadoras da sua atuação futura, alcançou Pôrto Alegre, sem porventura suspeitar que lá se lhe depararia cenário propício à expansão de seus pendores culturais. Cuida, sem dúvida da sua incumbência fiscal, mas, ao mesmo tempo, examina os problemas regionais, que se entrelaçavam com as questões fronteiriças, nas coxilhas mais de uma vez sacudidas pelo estrépito das cavalarias castelhanas, ansiosas de dilatar os seus domínios até a lagoa dos Patos e Guaíba. Como resultado de suas investigações, elaborou os "Anais da Província de São Pedro do Sul", cujo primeiro volume aflorou a lume em 1819, quando já se achava cabalmente familiarizado com as questões atinentes à terra gaúcha. O segundo seria entregue aos prelos em 1822, depois do seu casamento com D. MARIA ELISA LIMA, e da eleição para representante junto às Côrtes Gerais de Lisboa. Duas ocorrências, uma de ordem afetiva, outra de influxo no tablado político, tendentes a imprimir-lhe novo rumo à existência.

A caminho de Portugal, para o desempenho de seu mandato, assistiu, no Rio de Janeiro, às agitações que antecederam ao grito do Ipiranga, consequência inevitável da negativa do Príncipe Regente em cumprir ordens da Metrópole, que pretendiam afastá-lo; do Brasil. Impregnado das aspirações emancipadoras que alagavam o ambiente, retardou o seu embarque, até que se tornou inadiável, ao findar janeiro. A travessia ronceira, refreada por ventos tempestuosos, que ameaçaram afundar o navio, mais de uma vez, alongou-se por 76 dias de angústias amofinantes. A 12 de abril, afinal, o Tejo acolheu os viajantes, que se julgaram, então, livres do naufrágio. No dia seguinte, FERNANDES PINHEIRO compareceu ao Congresso, como simples visitante. Antes do reconhecimento de seu diploma, estourou o protesto da deputação paulista contra insensata proposta, que pretendia fôsse as tropas lusitanas de Montevidéu ao Rio de Janeiro, para obrigarem D. PEDRO a obedecer às decisões das Côrtes.

A eloquência incoerentemente anacrônica de BORGES CARNEIRO, exaltado liberal em sua Pátria e absolutista no Brasil, opôs-se o verbo fôgoso de ANTÔNIO CARLOS, cuja nomeada se avantajou nesse lance. Não quis o recém-chegado intervir nos debates, e quando se lhe abriu ensejo de falar, afastou-se do assunto irritadíssimo, para lhe considerar apenas o aspecto mais relevante e menos discutido, ememorou os tratados, em que se baseavam os direitos de Portugal, as conveniências militares, assim como as exigências do caudilhismo, que lhe incorria na irrestrita condenação de conservador por temperamento e convicção. Era o parecer de um douto na matéria, mais do que político apressurado em justificar o seu voto. E a proposta soçobrou, por não haver quem lhe destruisse a bem cerrada argumentação.

De igual modo procederia em outras oportunidades, solidário, nas linhas gerais, com ANTÔNIO CARLOS, seu conterrâneo e amigo, sem lhe apoiar totalmente as manobras parlamentares.

Ultimada a missão em Lisboa, aguardava-o novo mandato, para a Assembléa Constituinte, onde representou a Província gaúcha, a que se achava sobremaneira afeiçoado. Atalhados os trabalhos de elaboração constitucional, pela decisão ditatória do monarca, não se incluiu entre os adversários que a perseguição imperial condenou ao exílio. Ao revés, coube-lhe a nomeação de Presidente do Rio Grande do Sul, em cujo governo iria estadar descortino de estadista. A manutenção da ordem na Província flanqueada por insurreições já lhe comprovaria o prestígio crescente e o tato no administrar judiciosamente, se não ocorressem outras iniciativas memoráveis.

Entre as demais, sobreleva a referente à criação da "colônia alemã de São Leopoldo", cujo topônimo continha homenagem à Imperatriz D.^{ca} LEOPOLDINA, e mais tarde lhe serviria para enaltecer os brasões de visconde.

O sítio destinou-se a malogrado ensaio de cultura de linho, iniciada no rincão do Canguçu, como assinalou AURÉLIO PÔRTO, emérito conhecedor do assunto.

A Feitoria, então estabelecida, em terras de SANTOS DA COSTA TELES transferiu para "Faxinal do Courita", a que se anexou a Estância Velha", distante quatro léguas da Aldeia dos Anjos (Gravatá) e aproximadamente sete de Pôrto Alegre. Por três decênios e meio, a Real Feitoria do Linho Cãnhano tentou desenvolver-se, em meio de embaraços de toda ordem, até que, em 1824, o Governo Imperial decidiu fundar uma colônia de alemães nas terras que já lhe pertenciam.

E o bergantim Protetor, festivamente acolhido pelo governo provincial, entregou-lhe, a 18 de junho, os primeiros imigrantes, que, decorrida apenas uma semana, saltam no pórtico da Feitoria.

Mais tarde, FERNANDES PINHEIRO lembraria: "fui pessoalmente dispor e arranjar as famílias estrangeiras, e assinalar sítio mais adaptado para a povoação, e corri todo campo dalém e daquém do rio dos Sinos, nos dias 13-14 e 15 de dezembro de 1824".

E com afincos prosseguiu na organização da Colônia, à margem desse rio, em que, por volta de 1829, já se erguiam 182 prédios, construídos, em grande número, de alvenaria de tijolos e cobertos de telhas, que a olaria local fabricava.

A recente povoação, destarte, com os seus estabelecimentos industriais, entre os quais se incluíam 8 moinhos de trigo, sete curtumes, ferraria, marcenaria, evidenciava energias construtoras, que lhe garantiriam o florescimento contínuo até a atualidade, em que pompeia as suas galas de cidade progressista. Esses e outros empreendimentos relativos à construção de estradas, proteção dos índios, que se empenhou de "atrair e civilizar", atraíram a atenção de D. PEDRO I, que o escolheu para ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império.

Mantido no cargo até 20 de novembro de 27, apesar das sucessivas mudanças ministeriais, ufanou-se de referendar a lei de 11 de agosto, criadora de cursos jurídicos em São Paulo e Olinda, de que tinha cogitado na Constituinte, mediante proposta de fundação da Universidade do Brasil. Por fim, enfiado, afastou-se do pósto de comando, e não mais tornaria a nenhuma função executiva, nem ao Conselho de Estado, de que foi arbitrariamente destituído. Magoado com o imperador, que o privara do cargo vitalício, e com os promotores do Sete de Abril, subversivo do regime, para cuja consolidação cooperara, apenas freqüentaria, cada vez mais espaçadamente, o Senado, para o qual o credenciara sua Província natal. Preferia o recolhimento do escritório, donde sairia para a presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Aprazia-lhe o convívio dos doutos, também afastados das cogitações públicas. Ao assumir a direção da instituição nascente, trazia-lhe o prestígio conquistado por longa peregrinação em posições de realce, desempenhadas com sadio idealismo.

E para assunto de seus debates, começou por traçar-lhe, embebido de entusiasmo, em sessão de 3 de fevereiro de 1839, o "Programa Histórico", em breve seguido de duas memórias valiosas: — "Quais os limites naturais, pactuados e necessários do Império do Brasil?" — Da vida e feitos de ALEXANDRE DE GUSMÃO e de BARTOLOMEU DE GUSMÃO.

Na primeira, enfeixou as pesquisas que jamais deixou de empreender, sempre que lhe fôsse possível.

Era assunto que examinara desde a incumbência inicial no Rio Grande do Sul, cuja história se acha intimamente encadeada às oscilações da fronteira sulina.

A contribuição que submeteu à apreciação dos consócios não era, pois, obra de improviso, resultante de indagações apressadas. Ao revés, vinha longamente meditada, à luz de inspirações em que se associavam a história e a geografia. Tanto desta cuidava que certa vez em discurso, apoiou a sua opinião em conceito de BACON "quando em seus sonhos filosóficos meditou uma associação de observadores votados a examinar a verdade que existe no globo, e incontestavelmente a geografia abrange em sua esfera a maior parte dos conhecimentos científicos". Em outra ocasião, como se quisesse, no limiar, declarar as diretrizes que seguiria, transcreveu de COUSIN trecho expressivo: "Dai-me a carta de um país, sua configuração, seu clima, suas águas, seus ventos e tóda a sua geografia física, informai-me de suas produções naturais, de sua flora, de sua zoologia etc., e eu me comprometo a dizer-vos a priori qual será o homem deste país, e que lugar gozará na história, não acidentalmente, mas necessariamente, não em tal época, mas em tódas, enfim, a idéia que este país é chamado a representar".

Rompe destas expressões o determinismo geográfico, porventura mais rigoroso do que se ajustaria à orientação filosófica de FERNANDES PINHEIRO. Entretanto, valeu para evidenciar quanto se achava imbuído das vantagens e alcance dos conhecimentos da geografia de que se acham impregnados os seus "Anais" e a Memória sobre limites. A desenvolve-los empenhou-se no Instituto, enquanto lhe consentira a saúde. Ao senti-la enfraquecida, solicitou, em carta de 25 de junho de 46, a sua substituição, formalmente recusada. Ainda conseguiu agradecer, em ofício ao primeiro Secretário, a delicada resolução dos confrades, mas a 5 de julho de 47, fatal pneumonia emudeceu, em Pôrto Alegre, o primeiro Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,¹ JOSÉ FELICIANO PINHEIRO, visconde de São Leopoldo, que se creditou por suas obras, como autor e empreendedor, a ser incluído na galeria dos sabedores da história e geografia do Brasil.

VIRGILIO CORRÊA FILHO

¹ Ver a biografia de FERNANDES PINHEIRO, escrita por FEIJÓ BITENCOURT, em "Os Fundadores" — 1938.



Visconde de S. Leopoldo.